Sociedade de Educação e Saúde a Família – SESFA
CNPJ: 06.743.116/0001-05

Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditores

2021/2020

Rua Alfredo Correia, nº 172 Bairro Cirolândia
CEP: 63.180 – 000 Barbalha - Ceará

RSM

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

RSM

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	10

RSM

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores da
Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA
Barbalha - CE

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades - PME, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade a são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2022.

Vinícius Marcos Alves Sabino
Contador CRC 1MG-121.072/O-5 "S"

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 "S"

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em reais mil)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	200.844	89.578
Adiantamentos		2.648	-
Creditos de Convênios	9	41.400	-
Despesa Antecipadas		2.565	-
Outros Créditos		113	10
Total do ativo circulante		**247.570**	**89.588**
Não Circulante			
Imobilizado	6	190.464	112.801
Intangível		484	548
Total do ativo não circulante		**190.948**	**113.349**
Total do Ativo		**438.518**	**202.937**

PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		2.913	146
Obrigações sociais e trabalhistas	7	30.961	13.106
DFC´s a repassar	8	-	23.602
Subvenções e doações a apropriar	9	43.584	-
Total do passivo circulante		**77.458**	**36.854**
Não Circulante			
Subvenções e doações a apropriar	9	7.399	-
Total do passivo não circulante		**7.399**	**-**
Patrimônio líquido			
Patrimonio social	11	166.083	99.271
Superávit acumulado		187.578	66.812
Total do patrimônio líquido		**353.661**	**166.083**
Total do Passivo		**438.518**	**202.937**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Cicera Cleidiane Simião
Cicera Cleidiane Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Maria Salvani Soares da Silva
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE A FAMILIA
CONSELHO FISCAL
CONSELHO FISCAL

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Demonstração do superávit (déficit) dos exercícios finddos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em reais mil)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições e doações	12	**2.146.219**	**966.635**
Subvenção não Governamental		1.909.516	914.326
Subvenção Federal		167.753	52.309
Subvenção Estadual		53.171	-
Subvenção Municipal		2.458	-
Trabalho voluntário		13.321	-
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	13	(758.979)	(232.880)
Despesas com materiais para programas	13	(796.755)	(123.083)
Transporte	13	(56.386)	(26.402)
Despesas com alimentação	13	(82.275)	(353.718)
Trabalho voluntariado	10	(13.321)	-
Isenção de INSS	13	(121.144)	(52.309)
Despesas de depreciação e amortização	13	(22.836)	(21.256)
Despesas tributária	13	-	(127)
Despesas gerais	13	(111.405)	(141.891)
Outras receitas e (despesas)	-	(2.466)	7.127
Total das (Despesas) Receitas Operacionais		**(1.965.567)**	**(944.539)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**180.652**	**22.096**
Resultado Financeiro	14		
Despesas financeiras		(6.597)	(2.263)
Receitas financeiras		15.068	397
Total do Resultado Financeiro, líquido		**8.471**	**(1.866)**
Superávit do Exercício		**189.123**	**20.230**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Cicera Cleidione Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE A FAMILIA
CONSELHO FISCAL
CONSELHO FISCAL

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em reais mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Superávit Líquido do Exercício	189.123	20.230
Outros Resultados Abrangentes		-
Total dos Resultados Abrangentes	189.123	20.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Cicera Cleidiane Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em reais mil)

	Patrimônio social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**93.871**	**-**	**(1.132)**	**53.114**	**145.853**
Reservas de Doação		5.400	-	-	5.400
Superávit do exercício	-	-	-	13.103	13.103
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	1.727	-	1.727
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**93.871**	**5.400**	**595**	**66.217**	**166.083**
Incorporado ao patrimônio social	72.212	(5.400)	(595)	(66.217)	-
Superávit do exercício	-	-	-	189.123	189.123
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	-	(1.545)	(1.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**166.083**	**-**	**-**	**187.578**	**353.661**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Cicera Cleidiane Simião
Cicera Cleidiane Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Maria Salvani Soares da Silva
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE A FAMILIA
CONSELHO FISCAL
CONSELHO FISCAL

Sociedade de Educação e Saúde à Família - SESFA

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em reais mil)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superavit do exercicio	189.123	20.230
Depreciação e amortização	22.837	21.256
Resultado na baixa de bens do Ativo Imobilizado	2.589	517
Ajuste de Exercicios Anteriores	(1.141)	-
	213.408	42.003
(Aumento) diminuição nos ativos:		
Adiantamentos	(2.648)	252
Creditos de Convênios	(41.400)	-
Outros Créditos	(103)	-
Despesas antecipadas	(2.565)	-
	(46.716)	252
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Fornecedores	2.767	(5.094)
Obrigações trabalhistas e sociais	17.855	290
DFC`S a repassar	(23.602)	22.228
Subvenções e doações a apropriar	50.983	(1)
	48.003	17.423
RECURSOS LÍQUIDOS (USADO NAS) GERADOS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**214.695**	**59.678**
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições do imobilizado	(103.429)	(18.369)
Adições do intangivel	-	715
RECURSOS LIQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(103.429)**	**(17.654)**
Aumendo no caixa e equivalentes de caixa	**111.266**	**42.024**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	89.578	47.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio	200.844	89.578
Aumendo no caixa e equivalentes de caixa	**111.266**	**42.024**
	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Cicero Cleidiane Simião
Cicero Cleidiane Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE DA FAMILIA
Maria Salvani Soares da Silva
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

SOCIEDADE DE EDUCAÇAO E SAUDE A FAMILIA
CONSELHO FISCAL
CONSELHO FISCAL

1. Contexto operacional

A Sociedade de Educação e Saúde à Família – SESFA, com sede no Bairro Cirolândia, no município de Barbalha, Ceará, é uma associação civil, de caráter filantrópico sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal

Atua na área de assistência social com as famílias do bairro Cirolândia e as comunidades do Sitio Estrela, Sitio Lagoa, Sitio Venha Ver, Bairro Malvinas e Vila Unidas, nos Municípios de Barbalha, Orós, Crato e Quitaius – Ceará, visando a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários necessários ao desenvolvimento humano, voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. Atendeu aproximadamente 3.201 crianças e jovens no ano de 2021 dos Municípios citados acima.

Mantido pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e em parcerias com o governo estadual e por doações especiais de pessoas ou empresas. A Associação não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma assembleia deliberativa, por um conselho fiscal com mandato de 03 (três) anos formado por membros da comunidade.

Potenciais implicações econômicas e contábeis do Coronavirus (COVID-19)

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, intitulada COVID-19 (novo Corona vírus), que se alastrou pelo mundo promovendo uma emergência de saúde global que se estendeu por todo o ano de 2020.

Em janeiro de 2021, uma segunda onda de contaminação atingiu o Brasil o que desencadeou novas medidas restritivas de governos e entidades do setor privado, que retomou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem estender os impactos relevantes na economia das empresas para 2021.

A Entidade segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação sobre este tema, sua evolução, alterações das projeções e estimativas relacionadas aos riscos ligados à sua atividade.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades - PME, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 04 de julho de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de apresentação e estimativas contábeis

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

4. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.2. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.3. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante conforme descrito abaixo:

a. Um ativo é classificado no circulante quando:

(i) Se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
(ii) For mantido principalmente para negociação;
(iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
(iv) Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

b. Um passivo é classificado no circulante quando:

(i) Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
(ii) For mantido principalmente para negociação;
(iii) Se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
(iv) Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Entidade classifica todos os demais ativos e passivos no não circulante.

4.4. Apuração do resultado

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

4.5. Reconhecimento dos Trabalhos Voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

4.6. Estimativas, premissas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no final do período. Estas estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em vários outros fatores que acredita-se ser razoável sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas numa base continua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada.

4.6.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro, exceto estoques e imposto de renda diferido, ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso.

O valor justo menos o custo de venda é baseado em dados disponíveis de transações feitas em condições de mercado com ativos semelhantes ou preços observáveis de mercado menos os custos incrementais para alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Entidade ainda não está comprometida, nem significativos investimentos futuros que irão melhorar o desempenho da unidade geradora de caixa em questão. A quantia recuperável é mais sensível à taxa de desconto usada para o modelo de fluxo de caixa descontado, bem como aos futuros fluxos de recebimento de caixa e a taxa de crescimento usada para fins de extrapolação.

4.6.2 Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, no âmbito do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros- A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Reconhecimento e mensuração inicial- A Entidade reconhece as contas a receber e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de associados sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de associados sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.8. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	683
Banco conta movimento	329	42.857
Aplicação financeira	200.515	46.038
Total de caixa e equivalentes de caixa	**200.844**	**89.578**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com remuneração de aproximadamente 72% do CDI.

6. Imobilizado

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2021	2020
Edificações	4%	43.119	43.119
Veículos	20%	46.609	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	43.144	56.560
Equip. Proces. Eletr. Dados	20%	104.487	79.460
Móveis e utensílios	10%	83.368	53.218
		320.727	**232.357**
Depreciação acumulada		**(130.263)**	**(119.556)**
		190.464	**112.801**

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2020	Baixas	Adições	Transf./ Ajustes	Saldo em 31.12.2021
Bens						
Edificações	4%	43.119	-	-	-	43.119
Veículos*	20%	-	-	46.609	-	46.609
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	56.560	(3.209)	7.486	(17.694)	43.144
Equip. Proces. Eletr. Dados	20%	79.460	(10.263)	40.968	(5.678)	104.487
Móveis e utensílios	10%	53.218	(1.587)	8.365	23.372	83.368
Total Bens		**232.357**	**(15.059)**	**103.429**	**-**	**320.727**
Depreciação						
Edificações		(22.256)		(1.725)		(23.981)
Veículos		-	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos		(29.273)	2.862	(3.869)	12.875	(17.405)
Equip. Proces. Eletr. Dados		(44.683)	8.603	(10.218)	1.685	(44.613)
Móveis e utensílios		(23.344)	1.005	(6.961)	(14.964)	(44.264)
Total Depreciação		**(119.556)**	**12.470**	**(22.773)**	**(404)**	**(130.263)**
		112.801	**(2.589)**	**80.656**	**(404)**	**190.464**

* Veículo recebido como doação em janeiro de 2021, contabilizado pelo valor de mercado.

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Bens					
Edificações	4%	43.119	-	-	43.119
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	54.385	5.400	(3.225)	56.560
Móveis e utensílios	10%	49.959	3.259	-	53.218
Computadores e periféricos	20%	70.755	11.582	(2.877)	79.460
Total Bens		**218.218**	**20.241**	**(6.102)**	**232.357**
Depreciação					
Edificações		(20.531)	(1.725)	-	(22.256)
Máquinas, aparelhos e equipamentos		(26.061)	(4.611)	1.399	(29.273)
Móveis e utensílios		(20.349)	(4.325)	1.330	(23.344)
Computadores e periféricos		(35.071)	(10.531)	919	(44.683)
Total Depreciação		**(102.012)**	**(21.192)**	**3.648**	**(119.556)**
		116.205	**(951)**	**(2.454)**	**112.801**

7. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações tributárias	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher	-	1.051
PIS a recolher	-	128
Provisão de férias	28.668	10.941
FGTS sobre férias	2.293	876
PIS sobre férias	-	110
Total	**30.961**	**13.106**

8. DFC's (Designated Fund Certificate) a repassar

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	23.602	1.374
DFCs recebidos destinados às crianças	436.779	23.602
DFCs repassados às crianças	(460.381)	(1.374)
Saldo a repassar às crianças	-	**23.602**

Os (doadores) padrinhos enviam para seus afilhados contribuições extras. Estas contribuições são repassadas às organizações para que cheguem às mãos dos afilhados em forma de DFC (presentes), que são fundos designados para as crianças. Os valores enviados para DFC devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento à criança, ou de acordo com a orientação dada em cada caso.

9. Subvenções

A Entidade reconhece as subvenções governamentais e não governamentais quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

Os saldos de doações e subvenções a apropriar no passivo circulante e no passivo não circulante são provenientes de:

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções e convênios Estaduais **(a)**	9.303	
Recursos e doações de outras fontes a apropriar **(b)**	41.680	
Total das subvenções	**50.983**	-
Circulante	**43.584**	-
Não circulante	**7.399**	-

(a) -Termo de Compromisso Cultural nº 06/2021 no valor de R$ 52.500,00 firmado com a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará -SECULT para concessão de apoio financeiro para execução do projeto "Ponto de Cultura Verdes Canaviais"

(b) – Termo de Parceria firmado com o Instituto Rede Mulher Empreendedora nas Gerais em 20/10/2020, no valor de R$ 184.800,00 para o Projeto Potência Feminina com o objetivo de apoiar pequenos negócios e novos empreendimentos liderados ou compostos por mulheres em busca de vagas de trabalho. Em 2021 a SESFA recebeu o valor de R$ 134.600,00(R$ 8.800,00 em 2020), restando o valor de R$ 41.400,00 a ser recebido no exercício seguinte.

Movimentação das subvenções como segue:

	2021	2020
Passivo circulante		
Subvenção SECULT-CE-Termo Compromisso 006/2021		
Saldo Inicial	1	-
Valor Recebido	52.500	-
(+) Rendimento Bruto em Aplicação Financeira	11	-
(-) Subvenções apropriadas	(43.209)	-
(=) Saldo a apropriar	9.303	-
Passivo Circulante	**1.904**	-
Passivo Não Circulante	**7.399**	-
Saldo de Doações/Subvenções a apropriar – Estadual	**9.303**	-
Subvenções / Doação – Instituto Rede Mulher Empreendedora nas Gerais		
Saldo Inicial		-
Valor Recebido	134.600	-
Valor a Receber	41.400	-
(-) Subvenções apropriadas	(134.320)	-
(=) Saldo a apropriar	41.680	-
Passivo Circulante	**41.680**	-
Passivo Não Circulante	-	-
Saldo de Doações/Subvenções a apropriar – Outras Fontes	**41.680**	-

10. Remuneração dos Administradores da Entidade - Serviços voluntários

A Entidade reconheceu o montante de R$ 13.321 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 0 em 2020), referente a prestação de serviços realizados pelos seus Administradores e pelo grupo de apoio. Conforme previsto no item 19 do ITG 2002, que trata do trabalho voluntário.

São basicamente divididos em dois grupos, Governança e Grupos de Apoio. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de Apoio são classificados os demais voluntários. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e grupo de apoio foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Governança

Descrição	**2021**	**2020**
Quantidade de horas	126	-
Valor h/h	26,22	-
Valor total - R$	**3.304**	-

Grupo de Apoio

Descrição	**2021**	**2020**
Quantidade de horas	2.145	-
Valor h/h	4,67	-
Valor total - R$	**10.017**	-

11. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade, no montante de R$ 166.083 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 93.871 em 31 de dezembro de 2020) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado em função do superávit apurado. O valor de Superávit neste exercício foi de R$ 189.123 e R$ 13.103 em 2020.

Descrição	**Valor (R$)**
Patrimônio social 2020	93.871
Incorporação Reserva doação 2020	5.400
Incorporação do Superávit Acumulado em 2020	66.812
Total do patrimônio social	**166.083**

12. Receita operacional líquida

Essa receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são compostas conforme abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Subsídio do Child Fund Brasil	1.733.779	832.603
Doações e subvenções não governamentais	175.737	81.723
Subvenção Federal	46.609	-
Subvenção Estadual	53.171	-
Subvenção Municipal	2.458	-
Isenção de INSS	121.144	52.309
Trabalho Voluntariado	13.321	-
Total	**2.146.219**	**966.635**

13. Despesas por natureza e função

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Entidade atendo ao disposto no Art.33 do Decreto nº 7.237/2010 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Pessoal e encargos	(758.979)	(232.880)
Despesas com materiais para programas	(796.755)	(123.083)
Transporte	(56.386)	(26.402)
Despesas com alimentação	(82.275)	(353.718)
Trabalho Voluntariado	(13.321)	-
Isenção de INSS	(121.144)	(52.309)
Despesas de depreciação e amortização	(22.836)	(21.256)
Despesas tributária	-	(127)
Despesas gerais	(111.405)	(141.891)
Total	**(1.963.101)**	**(951.666)**

14. Resultado financeiro - (despesas) e receitas financeiras

(Despesas Financeiras)	31/12/2021	31/12/2020
Tarifas bancárias	(6.567)	(2.253)
Juros	(19)	(10)
Outras	(11)	
Total das (despesas) financeiras	**(6.597)**	**(2.263)**
Receita Financeira	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Rendimento aplicação financeira	4.050	397
Descontos Obtidos	11.018	-
Total das receitas financeiras	**15.068**	**397**
Resultado financeiro, líquido	**8.471**	**(1.866)**

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, fornecedores, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 4, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5): os saldos em contas correntes mantidos em bancos possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; e
- Fornecedores a pagar: apresentadas ao valor contábil e de realização, todos os saldos foram quitados dentro do exercício exceto aqueles cujo seu vencimento é no exercício posterior.

Risco de crédito - A Entidade não possui concentração de risco de crédito de associados, em decorrência da diversificação da carteira de associados.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco.

Risco de liquidez - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Entidade é monitorado diariamente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Gestão de risco de capital - Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus associados e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos financeiros derivativos - A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

16. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA FAMÍLIA
Cicero Cleidiane Simião
PRESIDENTA

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA FAMÍLIA
Maria Salvani Soares da Silva
TESOUREIRA

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE A FAMÍLIA
CONSELHO FISCAL
CONSELHO FISCAL